

Proposta de Adequação dos Controles Internos da Unicred à Metodologia Coso

SILVA, Palomara Brandt¹

Resumo:

O presente estudo visa à adequação dos controles internos da UNICRED Cruz Alta a uma das principais metodologias para gerenciamento de controles internos, o *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Coso)*, e teve como objetivo geral formular uma estrutura de controle interno, visando à mitigação da provisão de risco em uma carteira de crédito baseado nesta metodologia. A pesquisa de natureza qualitativa, utilizou procedimentos de pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de estudo de caso. Foram analisadas questões relacionadas à adequação da metodologia Coso no gerenciamento dos controles internos da UNICRED. O estudo evidenciou a necessidade de readequar a estrutura de controle interno da ao COSO, tendo em vista que alguns fatores identificados não se adequavam aos fundamentos estudados. Para tanto, foram propostas ações a serem tomadas pela equipe interna (Base Regional e Central) de acordo com os oito componentes de gerenciamento de risco.

Palavras Chaves: Coso Controles Internos, Gerenciamento de Riscos.

Abstract:

The present study aimed at the adequacy of internal controls of UNICRED Cruz Alta to one of the main methodologies for managing internal controls, the *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Coso)*, and aims to formulate a general internal control structure, aiming at mitigating risk provision in a credit portfolio using – if this methodology it is qualitative research using bibliographic search procedures, documents and application of case study. Were analyzed issues related to the appropriateness of the Coso methodology in the management of internal controls of UNICRED. The study highlights the need to readjust your internal control structure of the company to adjust to COSO, considering that some factors identified are not suited to the foundations studied. To this end, it is proposed that actions be taken by internal team (Central and Regional Basis) according to the eight components of risk management.

Key words: Coso, Internal Controls, Risk Management

1. Introdução

Não é novidade que as empresas demonstram-se cada vez complexas, com passar dos tempos. Fundamentadas em metas delineadas a partir de perspectivas de obter-se sempre um lucro maior. Contudo, as complexidades acabaram por acarretar problemas administrativos, pois exigem um grau maior de atenção de todos os envolvidos nas empresas do cenário financeiro.

¹Formando do Curso de Ciências Contábeis Unicruz. Email: palomarabrandt@gmail.com

Ante esse cenário do mercado financeiro, formou-se um contrapeso dos órgãos reguladores, que começaram a perceber uma obrigação de fiscalizar o mercado e fazê-lo mais transparente, com a ideia de minimizar os impactos de fortuitas oscilações.

O grande aumento de fraudes no setor financeiro e alguns acontecimentos marcantes, como exemplo a quebra do centenário banco inglês *Barings*, tiveram um papel fundamental para que os órgãos de regulamentação do mercado financeiro internacional e nacional abordassem algumas medidas visando à minimização dos riscos e a melhora da gestão operacional dos bancos.

Nesse sentido, as entidades necessitam cada vez mais apresentar mecanismos de gestão de forma transparente, utilizando assim, as mais diversas formas de controle.

Em meio às metodologias existentes, o *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Coso)* demonstra ser uma das mais adaptadas à gestão dinâmica dos controles internos.

O controle interno pode ser integrado ao risco. Os dois seguem um caminho adjacente, ajudando a instituição a alcançar seus objetivos, quando aposto e gerenciado da forma mais conveniente.

Além da fiscalização realizada pelo Conselho Fiscal, a cooperativa é auditada pela Central Unicred do Estado do Rio Grande do Sul, e por uma empresa de auditoria independente, para fins de auditoria das demonstrações contábeis.

Embora a entidade possua instrumentos eficazes de monitoramento, a relação com os clientes é muito dinâmica, o que gera uma tensão no sistema de riscos, e mesmo assim exige atenção permanente.

O presente estudo visa Formular uma estrutura de controle interno, visando à mitigação da provisão de risco em uma carteira de crédito utilizando a metodologia COSO através da descrição dos elementos que compõem a metodologia, e quais os seus elementos que poderão ser efetivos na minimização dos riscos.

A importância do trabalho se dá devido à necessidade que as empresas têm em manter um controle interno adequado e uma gestão eficiente para que os riscos possam ser mitigados.

As cooperativas de crédito fazem parte do segmento financeiro, e apesar das suas limitações legais para conceder e obter crédito destacam-se no cenário financeiro com expressivos crescimentos.

O objetivo das cooperativas de crédito é promover as atividades do cooperado através de assistência creditícia. A captação de recursos, a realização de empréstimos aos cooperados,

a efetivação de aplicações financeiras no mercado são ações próprias de uma cooperativa de crédito, o que favorece melhores condições de financiamento aos associados.

As cooperativas de crédito estão sujeitas aos riscos inerentes à atividade de intermediação de recursos, de forma semelhante aos demais tipos de instituições financeiras, o que ressalta a importância de uma metodologia eficaz na prevenção desses riscos.

Frente a essa realidade, foi realizado um estudo na UNICRED em Cruz Alta, com o intuito de modificar a metodologia usada para avaliação dos controles internos da Instituição, utilizando-se da ferramenta COSO.

O estudo se fez importante à medida que sua aplicação ampliou os controles e permitiu maior conhecimento aos funcionários da Metodologia COSO, amenizando assim os riscos enfrentados pela instituição, ponto este que se buscou alcançar.

2. Caracterização da empresa

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde de Cruz Alta Ltda. - UNICRED CRUZ ALTA foi constituída em 10 de dezembro de 1992 e conta atualmente com 1034(hum mil e trinta e quatro) associados ativos (base outubro/2013), atuantes na área da saúde, bem como as empresas com atuação similar, servindo a 14 (quatorze) municípios.

As Unicred's já buscam uma atuação mais abrangente no mercado ação que contribuirá para elevar a qualidade dos ativos da mesma, bem como dos negócios e oferecer a estes novos associados os benefícios oriundos de pertencer a uma entidade de crédito do tipo cooperativa, onde as operações são menos burocráticas e ficam nas cidades de origem, incentivando o crescimento local. Atendendo ao disposto nas Resoluções CMN n°. 3.380, de 29/06/2006, 3.464, de 26/06/2007 e 3.721, de 30-04-2009, o Sistema Unicred implementou a sua estrutura de gerenciamento dos riscos operacional, de mercado e de crédito, que visa possibilitar o gerenciamento contínuo e integrado dos riscos de acordo com a natureza das operações e a complexidade dos seus produtos e serviços, garantindo mecanismos de mitigação e procedimentos destinados a manter a exposição aos riscos em níveis considerados aceitáveis pelo Sistema.

A estrutura de gestão compreende papéis e responsabilidades, organização e processos, metodologias e ferramentas, sistemas e infraestrutura, para a gestão dos riscos de crédito, mercado e operacional das entidades que integram o Sistema Unicred.

As políticas, estratégias e metodologias para o gerenciamento desses riscos estão devidamente documentadas e aprovadas, e estão contidas no Regulamento de Gestão de

Riscos do Sistema Unicred, e nos Manuais de Gestão de Riscos de Crédito, de Mercado e Operacional.

Embora a entidade possua instrumentos eficazes de monitoramento, a relação com os clientes é muito dinâmica, o que gera uma tensão no sistema de riscos, e mesmo assim exige atenção permanente.

3. Referencial Teórico

3.1 Auditoria

A palavra auditoria tem como origem o latim “audire” que significa ouvir. Já os ingleses adotaram e ampliaram o conceito para “auditing” cujo sentido é mais voltado para revisão, verificação. (LINS, 2012, p.03)

Alguns autores classificam a auditoria como uma especialização da contabilidade.

Para Crepaldi (2011, p. 03) “auditoria é o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade”.

Já Attie (2011, p.05) entende que: “Auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”.

Gramling, Rittenberg, Johnstone, traduzidos por Sanvicente (2012, p. 06) não discordam dos autores citados anteriormente, mas ressaltam que:

A auditoria também é um processo que pode ser aplicado em muitas situações distintas, incluindo a avaliação de eficiência e eficácia de um processo ou de um departamento, os relatórios financeiros de um órgão público, ou a obediência a normas operacionais de uma empresa ou a regulamentação governamental.

O manual de auditoria do sistema do CFC/CRCs diz que, “Auditoria contábil compreende o exame dos registros e dos documentos e na coleta de informações e confirmações mediante procedimentos específicos pertinentes ao controle do patrimônio de uma unidade, entidade ou projeto”.

Dessa forma percebe-se que é através da auditoria que uma empresa toma conhecimento dos registros contábeis relacionados com o controle do patrimônio de forma exata através de testes e inspeções.

3.2 Controles internos

Os problemas de Controle Interno podem ser observados em todas as áreas das empresas: compras, vendas, fabricação, etc.

Para Crepaldi (2011, p.375),

O controle interno não tem o mesmo sentido que auditoria interna. A auditoria interna é um trabalho organizado de revisão e apreciação de trabalho, já o controle interno diz respeito aos procedimentos e à organização adotados como planos permanentes da empresa.

O comitê de procedimentos de auditoria do instituto americano de contadores públicos certificados AICPA, assim explica:

O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração. (ATTIE, 2011, p.188).

O controle interno visa conferir e analisar a ação e a gestão, avaliando as metas e objetivos a execução de programas e orçamentos, assim como a comprovação de aspectos relativos à legalidade do procedimento administrativo.

Segundo Lins (2012, p. 213),

O controle interno pode ser definido como um processo integrado e operado pela empresa como um todo, com a intenção de fornecer razoável segurança tanto às atividades administrativas quanto às operacionais, de forma a diminuir as possibilidades de desvios de ativos, desobediência às normas internas, bem como de erros não intencionais. Pode ser dividido em categorias, conforme seu objetivo: A confiabilidade das demonstrações geradas; Salvaguarda de ativos; Observância (compliance) às leis e regulamentos aplicáveis; Eficiência e eficácia das operações.

Para Almeida (2010, p. 42), “o controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa”.

Segundo Crepaldi (2011, p. 376), o Institut Français de Experts Comptables (2011, p. 376) assim define:

Controle interno é formado pelo plano de organizações e de todos os métodos e procedimentos adotados internamente pela empresa para proteger seus ativos, controlar a validade dos dados fornecidos pela Contabilidade, ampliar a eficácia e assegurar a boa aplicação das instruções da direção.

Gramling, Rittenberg, Johnstone, traduzidos por Sanvicente (2012, p.155) relatam que, “Os controles internos representam uma resposta aos riscos que se postam entre uma

organização e a consecução de seus objetivos. Em outras palavras, eles existem como mecanismo de atenuação e gestão de riscos”.

Os controles internos são necessários uma vez que toda e qualquer organização se defronta com riscos significativos, variando da falência da empresa, má utilização dos ativos da empresa, à preparação incorreta ou incompleta de informações financeiras. Os controles internos são projetados para mitigar esses riscos. (Gramling, Rittenberg, Johnstone, traduzidos por Sanvicente2012, p. 155).

O controle interno é um ingrediente importante do modelo de risco de auditoria. O auditor precisa conhecer os controles internos de uma empresa para prever os tipos de procedimentos de auditoria que devem ser realizados ao fazer testes diretos de saldos de contas.

3.3 Gerenciamentos de riscos em instituições financeiras

O risco é componente natural da atividade empresarial. Há pouco tempo percebemos que com a crise financeira os que não são controlados e enfrentados podem prejudicar o funcionamento das empresas, independentemente do seu porte.

Neto (1999, p.230), entende que “risco é interpretado pelo nível de incerteza associado a um acontecimento (evento), e que a avaliação de uma empresa delimita-se aos componentes de seu risco total: econômico e financeiro”.

Para Securato (1996, p.20) “na área financeira, o risco e a incerteza estão presentes em um grande numero de indecisões do executivo que, em seu conjunto, podem levá-los ao fracasso ou ao sucesso e, com ele, a própria empresa”.

Damodaran, traduzido por Ritter (2002, p.60), explica:

Risco resulta da divergência entre os retornos reais e os retornos esperados. Esta divergência pode ser causada por diversas razões que podem ser classificadas em duas categorias – aquelas que são próprias de um investimento específico, e aquelas que se aplicam a todos os investimentos.

As atividades econômicas abrangem inúmeras oportunidades e muitos riscos. Com isso as empresas precisam aperfeiçoar técnicas para gerenciar os riscos que podem ocasionar perdas significativas. Assim, o gerenciamento dos riscos de negócios tem se tornado mais transparente, gerando condições mais seguras e eficientes para o mercado financeiro e de capitais.

Damodaran (2002, p.60), ressalta:

O risco que uma empresa tem diante de si quando faz um novo investimento origina-se de varias fontes, incluindo o próprio investimento, competição, mudanças no setor, etc. parte desse risco será eliminado pela própria empresa através de múltiplos investimentos e parte pelos investidores na empresa que investem em carteiras de negócios diversificadas.

O risco pode ser visto dentro de uma empresa como forma de oportunidade, pois na intenção de se proteger, a empresa acaba encontrando novos meios e novas formas de melhorar os negócios.

3.4 Riscos financeiros

Os riscos financeiros são os riscos enfrentados por instituições financeiras em suas atividades de intermediação financeira.

Segundo Matias (2007, p. 16) “risco financeiro compõe um conjunto de vários eventos de riscos que se sobrepõe e se diversificam formando o risco financeiro total assumido pela empresa”. Relata também que:

O risco financeiro é um conceito multidimensional que cobre três grandes grupos: risco de mercado, risco de crédito e risco operacional.

Risco de crédito: medida do desconhecimento que um investidor tem a respeito do retorno de seus ativos. Corresponde a perda da probabilidade de perda na concessão de crédito. Surge quando contrapartes não desejam ou não são capazes de cumprir suas obrigações contratuais. seu efeito é medido pelo custo de reposição do fluxo de caixa para a empresa, caso parte fique insolvente.

Risco de mercado: correspondem aos riscos de perdas financeiras e de valor ocasionados por variações dos preços e cotações de ativos financeiros. Ocorrem sempre que uma empresa matem direitos e deveres não totalmente equivalentes em termos de vencimento e moedas ou indexadores, expondo-se a flutuações desfavoráveis e favoráveis dos preços de ativos, que podem levar a perdas financeiras.

Risco operacional: consiste no risco de perdas em consequência de sistemas e/ou controles inadequados, falhas de gerenciamento e erros humanos. Esse tipo de risco inclui o risco de execução, levando a situações em que as operações não são executadas de forma adequada, resultando em perdas financeiras. (Matias, 2007, p. 16)

Avaliação de riscos é a identificação e análise dos riscos associados ao não cumprimento das metas e objetivos operacionais, de informações e de conformidades.

Este conjunto forma a base para definir como estes riscos serão gerenciados.

Para Filho (2012),

Os administradores devem definir os níveis de riscos associados ao não cumprimento das metas e objetivos operacionais, de informação e conformidade que estão dispostos a assumir. A avaliação de riscos é uma responsabilidade da administração, mas cabe à Auditoria Interna fazer uma avaliação própria dos riscos, confrontando-a com a avaliação feita pelos administradores. A identificação e gerenciamento de riscos é uma ação proativa, que permite evitar surpresas desagradáveis.

Segundo Salazar (2010, p.116), “o risco de um investimento é a percepção da variação de seus fluxos de caixa. Quanto maior esta variação, mais arriscado é o investimento”.

Sanvicente (2012, p.110) dizem que “risco é cumulativo, caso seja muito elevado, o auditor precisará decidir se deve ou não se associar a um cliente, pois o risco de envolvimento poderá ser excessivamente alto”.

O gerenciamento de riscos corporativos trata de riscos e oportunidades que afetam a criação ou a preservação de valor, sendo definido da seguinte forma:

O gerenciamento de riscos corporativos é um processo conduzido em uma organização pelo conselho da administração, diretoria e demais empregados, aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar em toda a organização eventos em potencial, capazes de afeta-la, e administrar os riscos de modo a mantê-los compatível com o apetite a risco da organização e possibilitar a garantia razoável do cumprimento dos seus objetivos.

O gerenciamento de riscos é constituído de oito componentes inter-relacionados, pela qual a administração gerencia a organização, e estão integrados com o processo de gestão. Esses componentes são:

Ambiente interno: o ambiente interno compreende o tom de uma organização e fornece a base pela qual os riscos são identificados e abordados pelo seu pessoal.

Fixação de objetivos: os objetivos devem existir antes que a administração possa identificar os eventos em potencial que poderão afetar sua realização. O gerenciamento de riscos corporativos assegura que a administração disponha de um processo implementado para estabelecer os objetivos que propiciem suporte e estejam alinhados com a missão da organização e sejam compatíveis com seu apetite a riscos.

Identificação de eventos: os eventos internos e externos que influenciam o cumprimento dos objetivos de uma organização devem ser identificados e classificados entre riscos e oportunidades. Essas oportunidades são canalizadas para os processos de estabelecimento de estratégias da administração ou de seus objetivos.

Avaliação de riscos: os riscos são analisados, considerando-se sua probabilidade e o impacto com base para determinar o modo pelo qual deverão ser administrados. Esses riscos são avaliados quanto à sua condição de inerentes e residuais.

Resposta ao risco: a administração escolhe as respostas aos riscos – evitando, aceitando, reduzindo ou compartilhando – desenvolvendo uma serie de medidas para alinhar os riscos com a tolerância e com o apetite a risco.

Atividade de controle: políticas e procedimentos são estabelecidos e implementados para assegurar que as respostas aos riscos sejam executadas com eficácia.

Informações e comunicações: as informações relevantes são identificadas, colhidas e comunicadas de forma e no prazo que permitam que cumpram suas responsabilidades. A comunicação eficaz também ocorre em um sentido mais amplo, fluindo em todos os níveis da organização.

Monitoramento: a integridade da gestão de riscos corporativos é monitorada e são feitas as modificações necessárias. O monitoramento é realizado através das atividades gerenciais contínuas ou avaliações independentes ou de ambas as formas. (Sanvicente, 2012, p. 111).

Através destes componentes a instituição gerenciará a organização, garantido assim o cumprimento de seus objetivos.

3.5 Metodologia COSO

Em meados da década de 1980, foi criado o Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway, ou Committe of Sponsoring Organizations of the Treadway, o COSO.

Uma entidade sem fins lucrativos, que se dedica à melhoria dos relatórios financeiros através da ética, efetividade dos controles internos e governança corporativa.

As organizações patrocinadoras incluem a Associação Americana de Contabilidade (American Accounting Association), o Instituto Americano de Contadores Externos Credenciados (American Institute of CPAs), a Associação Internacional de Executivos Financeiros (Financial Executives International), o Instituto de Auditores Internos (Institute of International Auditors) e o Instituto de Contadores Gerenciais (Institute of Management Accountants). As organizações patrocinadoras se reuniram para lidar com o aumento de ocorrências de fraude financeira.

Segundo Gramling, Rittenberg, Johnstone, traduzidos por Sanvicente (2012, p.155), o COSO define controle interno da seguinte maneira:

Um processo implantado pelo conselho da administração, pelos executivos e outras pessoas em uma entidade, destinado a dar segurança razoável a respeito do alcance de objetivos nas seguintes categorias: (1) confiabilidade da divulgação financeira, (2) cumprimento das leis e normas aplicáveis e (3) eficácia e eficiência das operações.

Para os integrantes do COSO, esse é o ponto de partida: a definição do Controle Interno.

Em 1992 o COSO publicou o trabalho Internal Control – Integrated Framework (Controles Internos – Um modelo integrado). (COSO Report). Essa publicação se tornou referência mundial para o estudo e aplicação dos controles internos. (COSOI)

O COSO desenvolveu o segundo modelo (COSO II) para atender à necessidade de uma estrutura robusta que permita a identificação, avaliação e a administração do risco. Assim em 2004 foi editado o relatório Administração do Risco Empresarial: Uma Estrutura Integrada. (Enterprise “Risk Management – Integrated Framework), conhecido como COSO II ou COSO ERM”.(Araújo e Arruda 2012, p. 68)

Essa estrutura amplia seu alcance em controles internos, oferecendo um enfoque mais vigoroso e extensivo no tema mais abrangente de gerenciamento de riscos corporativos.

Araújo e Arruda (2012, p.71) ainda discorrem dos sobre os componentes do controle segundo o COSO II: ambiente interno, definição de objetivos, identificação de eventos, avaliação do risco, reação ao risco, procedimentos de controle informação e comunicação e monitoramento:

Ambiente Interno engloba o ritmo de uma organização e estabelece a base sobre como o risco é visto e enfrentado pelo seu pessoal.
A administração do risco Empresarial assegura que a gerência estabeleceu um processo para definir objetivos e que eles respaldam e são alinhados com a missão da entidade e são consistentes com a vontade de se determinar o risco.
Eventos internos ou externos que possam afetar a obtenção dos resultados devem ser identificados, fazendo-se a distinção entre riscos e oportunidades.
A administração reage ao risco ao evitar, aceitar, reduzir ou dividir os riscos, desenvolvendo um conjunto de ações para alinhar os riscos com a tolerância e a vontade da organização.

Políticas e atividades são estabelecidas e implementadas para assegurar que a reação ao risco seja conduzida com efetividade. Informações relevantes são identificadas, catalogadas e comunicadas para proporcionar que o pessoal desempenhe suas responsabilidades. O monitoramento realiza-se em bases operacionais normais das atividades administrativas, avaliações específicas ou com ambos os métodos. (Araújo e Arruda, 2012, p.71).

É importante que todas as pessoas conheçam as atividades a serem desempenhadas, com vistas à utilização eficiente dos sistemas informatizados disponíveis, a fim de se primar na geração de valor para a entidade e a promoção da garantia razoável de alcance dos objetivos traçados pela administração da empresa.

4. Metodologia

Neste capítulo foi apresentada metodologia científica que orienta o artigo, com o intuito de classificar a pesquisa cujo objetivo geral é formular uma estrutura de controle interno, visando a mitigação da provisão de risco em uma carteira de crédito utilizando a metodologia COSO.

Segundo Beuren (2004),

Uma pesquisa pode ser classificada de acordo com o ponto de vista de sua natureza, dos seus objetivos, quanto aos procedimentos técnicos, de seu plano de coleta de dados, da abordagem do problema, que compreende a pesquisa qualitativa, quantitativa, e sua análise e interpretação de dados.

Assim o estudo realizado, classifica-se como uma pesquisa aplicada, aonde um problema é identificado e com isso surge a necessidade de se buscar uma solução através da implementação da Metodologia COSO nos Controles internos.

No que diz respeito aos seus objetivos a presente pesquisa é classificada como pesquisa exploratória, que segundo Gil (2010, p.27), “as pesquisas exploratórias tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado”.

Prodanov e Freitas (2013, p.51), assim as descrevem:

A pesquisa exploratória possui planejamento flexível, o que permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos. Em geral envolve: levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, análise de exemplos que estimulem a compreensão.

O presente estudo então pode ser classificado como uma pesquisa exploratória, pois a investigação está centrada em entender o problema e buscar elucidar soluções adequadas a ele, entendendo suas causas e efeitos.

Quanto aos procedimentos técnicos, que significam a maneira pela qual se obtém os dados necessários para a elaboração da pesquisa. Freitas e Prodanov (2013, p.54) explicam

que “os procedimentos técnicos podem ser divididos em dois grupos: aqueles que se valem das chamadas fontes de papel e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas”.

A presente proposta é uma pesquisa de cunho bibliográfica, documental e Estudo de Caso.

Pesquisa bibliográfica: elaborada a partir de material já publicado: livros, revistas, artigos científicos, etc.

Pesquisa documental: baseia-se em materiais que não receberam nenhum tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa

Estudo de caso: quando envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento. (Freitas e Prodanov 2013, p.54)

Segundo Gil (2009, p. 05 apud Yin, 2005), “Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto, especialmente quando os limites entre o fenômeno não estão claramente definidos”.

Em vista ao que os autores descrevem conclui-se que o presente estudo pode ser classificado como uma pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso, pois além do uso de livros, artigos, etc., trata-se de um estudo profundo e exaustivo de um objeto, no caso a Unidade da Unicred Cruz Alta.

Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa se classifica como qualitativa. De acordo com Beuren (2004), “a pesquisa qualitativa realiza análise profunda em relação ao fenômeno que está sendo estudado. O mesmo ainda relata que na contabilidade é bastante comum o uso da abordagem qualitativa, pois ela é uma ciência social”.

O estudo realizado compreende, portanto, uma pesquisa qualitativa, pois o pesquisador manteve contato direto com o ambiente e o objeto em estudo em questão necessitando de um trabalho mais intensivo de campo.

Quanto ao plano de coleta de dados, Silva e Menezes (2005, p.33) explicam que “o instrumento de coleta de dados dependerá dos objetivos que se pretende alcançar com a pesquisa e do universo a ser investigado”.

Segundo Fachin (2003, p.144), “A coleta de dados deve ser efetuada diretamente na fonte de informações, com o objeto de estudos”.

A coleta de dados pode ser realizada através de observação, entrevista, questionário ou formulário. A presente proposta utilizou, prioritariamente, da coleta de dados através de entrevistas não estruturadas.

Quanto à análise de dados, na execução de uma pesquisa científica pode ser considerado um dos momentos decisivos do trabalho, exigindo assim muito cuidado na escolha dos métodos para sua realização.

Gil (2009, p.59) entende que “Convém indicar, ainda que de forma simplificada e provisória, os procedimentos que provavelmente serão adotados na análise, como os referentes à codificação, categorização e exibição de dados”. Um dos métodos mais utilizados na análise de dados qualitativos é a análise de conteúdo. Segundo Beuren (2004, p.137), “A análise de conteúdo caracteriza-se como um método de investigação do conteúdo simbólico das mensagens. Tais mensagens podem ser abordadas por diferentes ângulos”. Ferreira (2003), a partir da abordagem de Bardin, relaciona as possibilidades de uso da análise de conteúdo: é usada quando se quer ir além dos significados, da leitura simples do real. Aplica-se a tudo que é dito em entrevistas ou depoimentos ou escrito em jornais, livros, textos ou panfletos, como também a imagens de filmes, desenhos, pinturas, cartazes, televisão e toda comunicação não verbal: gestos, posturas, comportamentos e outras expressões culturais.

Outro método bastante utilizado é a estatística descritiva, explicada por Davila (2002-2013), da seguinte forma:

A estatística descritiva é a etapa inicial da análise utilizada para descrever e resumir os dados. A disponibilidade de uma grande quantidade de dados e de métodos computacionais muito eficientes revigorou esta área da estatística.

Beuren (2004, p.139), por sua vez entende que “a análise descritiva pode ser empregada nos trabalhos monográficos que procuram descobrir e investigar a relação entre variáveis, bem como investigar a relação de causalidade entre fenômenos”.

Levando em consideração os conceitos relacionados acima, o presente estudo utilizou como instrumento de análise de dados ambos os métodos, a análise descritiva, e a análise de conteúdo.

5. Descrição e análise dos dados

Em primeiro momento é apresentada a Metodologia COSO e seus componentes, após, é feito uma análise do funcionamento da UNICRED, identificando os pontos onde há a aplicação da Metodologia COSO, e onde a ausência da metodologia pode significar um aumento significativo dos riscos da instituição.

5.1. Método COSO

O principal foco do COSO são os controles internos. Para o qual se busca estabelecer uma sequência de eventos para a gestão de processos em ambiente de controle, de modo que os gestores das organizações levem em consideração os riscos a que as empresas estão expostas.

A metodologia apresentada pelo COSO fundamenta-se em quatro conceitos chave:

Controles internos são processos utilizados para se atingir os objetivos da empresa; controles internos são conduzidos por pessoas que integram a companhia; a partir da política controles internos busca-se uma razoável qualidade nas informações geradas e apresentadas; e os controles internos são gerados para se atingir os objetivos de uma categoria específica ou de várias categorias (BORGERTH, 2007 *apud* Longo, 2013).

Porém segundo o COSO, para as empresas estruturarem um sistema de controle interno que atenda aos fundamentos apresentados, elas devem em paralelo gerenciar os seus riscos.

Assim o que se espera é fortalecer as decisões em resposta aos riscos, reduzindo as surpresas e prejuízos operacionais, identificando e administrando riscos múltiplos e otimizando dessa forma o capital (COSO, 2013b).

Segundo o COSO, para considerar eficaz o Gerenciamento de riscos corporativos, ele precisa dispor de oito componentes, que são: Ambiente interno, Estabelecimento de metas, Identificação de problemas, avaliação de risco, Resposta ao risco, Atividade de controle, Informação/ comunicação e Monitoramento. Esses componentes são utilizados como uma ferramenta de gestão, e contemplam desde o planejamento, até a avaliação do controle interno. Vale ressaltar que os componentes apresentados podem variar de acordo com o tamanho da empresa e sua estrutura de controle interno.

Existe um relacionamento direto entre os objetivos que uma organização se empenha em alcançar, e os componentes do gerenciamento de riscos corporativos, .Pois os componentes de gerenciamento representam as etapas a serem seguidas pela entidade para alcançar seus objetivos, a fim de evitar eventos que possam comprometê-los. Os objetivos podem ser classificados em quatro categorias, de acordo com a sua finalidade, tal classificação possibilita aos mais altos níveis da organização visualizar as variáveis que podem influenciar no alcance dos objetivos (Estratégicos, Operações, Comunicação (Reporting), Conformidade (Compliance)). Isto se explica porque um determinado objetivo pode ser aplicado em uma, ou mais categorias (COSO, 2013b).

Para representar a inter-relação entre os objetivos da empresa (a), os componentes de controle (b) e os níveis de organização (c), o COSO criou o cubo tridimensional figura 1, que esboça a capacidade de manter o enfoque no gerenciamento de riscos de uma organização como um todo.



Figura 01. Dimensões Consideradas na análise de riscos e impactos nos negócios
 Fonte: Coso (2012, p. 07)

É possível exemplificar a relação entre as três faces da figura com as informações contábeis geradas por fontes internas que fazem parte do componente (b) informação e comunicação. Essas informações são necessárias para a definição de estratégias (a), na utilização eficiente dos recursos e para se produzir relatórios confiáveis e de acordo com a legislação. Também podem ser utilizadas para tomada de decisões nos diferentes níveis da entidade (c). Assim, a figura do cubo ilustra a possibilidade de cada um dos componentes relacionarem-se com os objetivos e os níveis.

É importante mencionar que a estruturação do gerenciamento de riscos corporativo não garante a sua eficiência. Ela apenas acrescenta mais segurança à administração da organização na efetivação dos seus objetivos. Por fim, os controles da organização estão sujeitos a limitações, tais como: julgamento humano no processo decisório sujeitos a equívocos ou falhas, custos e os benefícios associados às respostas a riscos, possíveis falhas ou fraudes entre funcionários para anular os controles internos (COSO, 2013b).

5.2 Estruturação de controles internos com base no COSO

No intuito de que esta pesquisa fosse desenvolvida de forma segura, confiável e aprimorada, primeiramente foi imprescindível conhecer a política da empresa objeto de estudo. Ainda, a partir de uma análise crítica do funcionamento da UNICRED, foi estruturado o seguinte quadro, que demonstra através do referencial teórico, as exigências da COSO que estão presentes nos controles internos e quais os componentes devem ser aperfeiçoados a fim de minimizar os riscos que a empresa tem em uma carteira de crédito. A seguir são apresentados os componentes do gerenciamento de riscos encontrados na Unicred.

Componentes do Gerenciamento de Riscos encontrados na Unicred

| Componentes Metodologia COSO. | Conceito | UNICRED |
|--|--|---|
| Ambiente Interno | <p>- “Focado em integridade e valores éticos, comprometimento com competência, conselho de administração e comitê de auditoria, filosofia e estilo operacional da administração, estrutura organizacional, designação de autoridade e responsabilidade e políticas e práticas de recursos humanos” (PETERS, 2007, p. 43).</p> <p>- Torna-se eficiente quando os colaboradores têm conhecimento sobre suas responsabilidades e limites, para isso é necessário que a empresa possua um código de ética e conduta e deixe evidente</p> | <p>- Administrada por equipe de alto nível profissional organizado, com estrutura de Governança Corporativa, com níveis de comando Centralizados.</p> <p>- As diretrizes estão descritas em manuais disponíveis no sistema de EXTRANET bem como regulamentos internos sistemáticos que definem a segregação de função desta forma permitindo a cobrança quanto à execução das tarefas e identificando o responsável por possíveis situações de desconformidade (falhas ou</p> |

| | | |
|------------------------------|--|---|
| | <p>sua política (OLIVEIRA, LINHARES, 2007).</p> | <p>fraudes).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Políticas estabelecidas pela Gestão de Risco e Controles internos da Central-RS aonde são acompanhados pela auditoria interna os diversos procedimentos realizados. - Normatizado em todo o sistema um código de ética, no qual são definidas as normas de conduta, a fim de garantir a integridade dos valores éticos. - Em 2012 foi implantado o plano de cargos e salários houve padronização nas remunerações, evitando o tratamento diferenciado com base em uma pesquisa regional de salários do seguimento. |
| <p>Fixação de Objetivos.</p> | <p>As metas estabelecidas pela empresa devem ser apresentadas de forma simples e eficiente (BORGERTH, 2007).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Devem ser estabelecidas antes da identificação dos possíveis riscos que poderão abalar a sua concretização (BEUREN, ZONATTO, 2010). | <ul style="list-style-type: none"> - Através da Central-RS depois de discutidas pelas singulares e pelo Conselho de Administração são realizados anualmente os planejamentos das cooperativas para os próximos três anos definindo-se as metas e estratégias de atuação a serem seguidas, com o intuito de controlar os resultados e o desempenho operacional. |
| <p>Identificação de</p> | <p>“Os sistemas precisam ter a capacidade de sinalizar sempre que</p> | <p>-Os controles Internos são responsáveis pelo controle</p> |

| | | |
|---------|--|---|
| Eventos | <p>qualquer fato fora do padrão esperado venha a ocorrer” (BORGERTH, 2007, p. 39).</p> <ul style="list-style-type: none"> - São identificados caso comprometam as metas da organização, eles podem ser diferenciados em riscos, oportunidades, ou ambos (BEUREN, ZONATTO, 2010). - Identificação dos possíveis pontos de riscos e avaliação do impacto e probabilidade da sua ocorrência (BORGERTH, 2007). - “Focado em objetivos da empresa como um todo, objetivos em nível das atividades, riscos e mudança administrativa” (PETERS, 2007, p. 43). - Verificação dos riscos que ameaçam o não alcance dos objetivos traçados pela empresa e gerenciamento desses riscos (OLIVEIRA, LINHARES, 2007). | <p>diário dos Riscos do Sistema controlados pela equipe de Auditoria Interna e Superintendência da Central-RS.</p> <p>Os riscos identificados são segmentados em cinco categorias descritas no Manual de Sistemas de Risco:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Risco de mercado decorre de flutuações nos valores das variáveis que compõem o valor de mercado; - Risco de liquidez deve-se a falta de caixa para cumprimento das obrigações, associadas ao excesso de liberação de crédito aos associados e incapacidade de captação de recursos; - Risco operacional procede da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e operações, ou falhas nos controles internos; - Risco sistêmico, decorrente da dificuldade financeira de uma cooperativa que provoque danosa outras singulares, bem como alteração na condução operacional de normalidade do sistema financeiro em geral; - Risco de crédito decorre do não cumprimento, por parte do tomador, das obrigações financeiras bem |
|---------|--|---|

| | | |
|---------------------|--|--|
| | | como da formalização inadequada das garantias contratuais. (ou insuficientes). |
| Avaliação de Riscos | - As empresas devem planejar medidas a fim de conter os riscos identificados para minimizar as perdas na ocorrência de um sinistro (BORGERTH, 2007). | - Através de um sistema dinâmico de Controle de flutuação do Risco são avaliados mensalmente de acordo com a Resolução 2682/99 BC. Há monitoramento dos riscos no decorrer das atividades da cooperativa. - A Central-RS executa um controle de Risco Sistemático com objetivo de analisar o Risco do Sistema através de ferramenta tecnobi-e. (Ferramenta de Gestão) |
| Resposta ao Risco | - “Compreendem revisões analíticas, reuniões de diretoria para acompanhamento dos negócios, painéis de controle, etc., além de segregação de funções e atividades, controles de acesso, [...] e tem como base fundamentar o controle das transações e verificação de consistências, efetuando conciliações, sempre que necessário” (BORGERTH, 2007, p. 40). - Voltado para as políticas e procedimentos da empresa (PETERS,2007). | - Ações são desenvolvidas com o intuito de mitigação do Risco. -Sendo detectados os riscos os mesmos são apresentados as singulares para tomada de providencias através de comunicação interna (Portal, Gerenciamento De Risco) aberto a todo sistema de Auditoria e Bacen) disparada para o responsável pelo Risco da singular e para o diretor responsável que devera autorizar o envio de resposta num prazo |

| | | |
|---------------------------|---|---|
| | - Reduz a ocorrência de riscos já identificados (OLIVEIRA, LINHARES, 2007). | máximo de 30 dias. Caso os riscos identificados causem impacto significativo na singular que possam vir a comprometê-la futuramente, a Central define uma equipe para acompanhamento constante dessa singular, definida como gestão compartilhada. |
| Atividades de Controle | - Compreende a comunicação interna (funções, responsabilidades, valores adotados pela empresa, etc.) e a comunicação externa (mercado, informações contábeis, etc.). (BORGERTH, 2007). - Transmite as informações em todos os níveis da entidade em tempo hábil a garantir a eficácia das atividades de controle (OLIVEIRA, LINHARES, 2007). | - Tendo identificado os Riscos a Auditoria Interna disponibiliza ferramentas e auxílio para resolver as situações e acompanhar as providencias. - Os procedimentos de controle interno são revisados constantemente pela equipe responsável pelos controles da Central-RS. |
| Informações e Comunicação | - O sistema de controle deve passar por constantes testes e aperfeiçoamento adaptando-se as novas tendências e cenários, as quais, a empresa está exposta. (BORGERTH, 2007). | - As informações, comunicados, resoluções, bem como outras informações internas são divulgadas por meio de um sistema de comunicação interna restrito a usuários com acesso restrito. - Possui um canal de ouvidoria destinado a reclamações e denúncias, bem como para tratar problemas que não foram solucionados pelas cooperativas singulares. |

| | | |
|---------------|--|---|
| | | <ul style="list-style-type: none"> - São realizadas reuniões periódicas na Unicred do Brasil que faz a Gestão de informações e decisões Estratégicas a respeito. |
| Monitoramento | <ul style="list-style-type: none"> - “Focado em monitoramento corrente, avaliações separadas e uniforme de deficiências” (PETERS, 2007, p. 43). - Utilizado para avaliar a eficiência dos controles internos implantados (OLIVEIRA, LINHARES, 2007). | <ul style="list-style-type: none"> - A equipe de Auditoria executa o monitoramento periódico das ações executando os processos de acordo com a realidade da singular, a fim de gerar eficiência à gestão de riscos. - O Conselho fiscal da cooperativa é responsável pela fiscalização dos procedimentos realizados pela equipe interna e pelo conselho administrativo e para isso realiza reuniões mensais, - Há auditoria interna semestralmente, para acompanhar as atividades relacionadas aos sistemas de controles internos. Com objetivo de: examinar os controles internos, realizar recomendações a respeito de eventuais deficiências, e estabelecer cronograma de adequação quando for o caso; apresentar os responsáveis das áreas as deficiências encontradas em verificações anteriores e das medidas efetivamente adotadas para saná-las. |

Quadro 01. Componentes do Gerenciamento de Risco encontrados na Unicred.
 Fonte: Adaptado de Longo (2013).

O gerenciamento de risco é um processo interativo e cíclico que contribui para o desenvolvimento contínuo das organizações. O modelo de processo de gerenciamento de risco é composto por algumas etapas que devem ser seguidas objetivando um melhor resultado:

- a) **Estabelecimento do Contexto:** Significa definir o que fazer e como medir os resultados, a quem se pode causar impacto com o trabalho e quais as categorias ou grupos de atividades que compõem este trabalho.
- b) **Identificação de Riscos:** define aqueles eventos ou resultados que possam ter impacto no alcance do sucesso de uma organização.
- c) **Análise de Riscos:** por meio da análise se determina o impacto que um risco pode ter (severidade) e a probabilidade de sua ocorrência.
- d) **Avaliação dos riscos:** é através da avaliação que se determina a prioridade no gerenciamento dos riscos através da comparação do nível destes riscos no contexto dos objetivos da organização. A comparação é feita entre o nível estimado do risco determinado na análise e critérios pré-estabelecidos.
- e) **Tratamento de riscos:** é realizado após a identificação, e a avaliação dos riscos, considerados inaceitáveis para a organização.
- f) **Monitoramento e revisão:** o monitoramento verifica, supervisiona, observa criteriosamente ou registra a melhoria de uma atividade, ação ou sistema a fim de identificar mudanças, enquanto a revisão avalia o que foi realizado em relação ao planejado.
- g) **Comunicação e Consulta:** esta etapa consiste em um meio adequado de diálogo entre envolvidos, com ênfase em consulta, além de um meio de informação dos tomadores de decisão para os demais envolvidos.

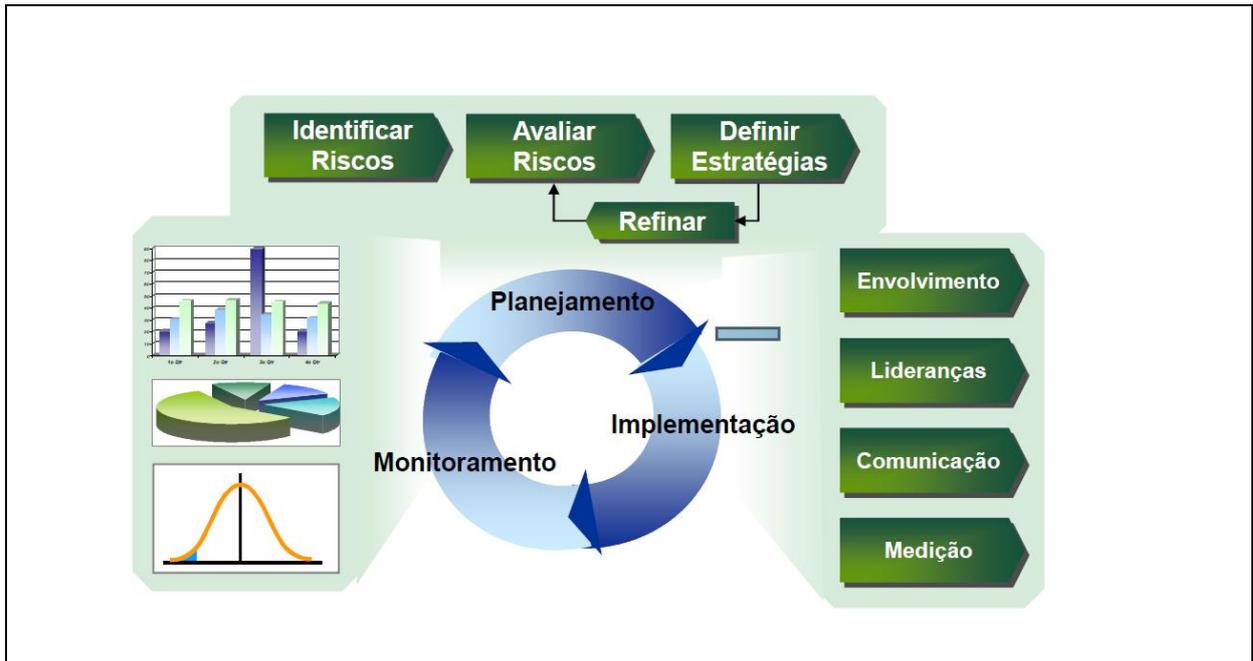


Figura 2. Inter-relação dos Componentes do Coso
 Fonte: Manuais Unicred (2013).

Os oito componentes do COSO: Ambiente interno, fixação de objetivos, identificação de eventos, avaliação de riscos, resposta ao risco, atividades de controle, informação e comunicação e monitoramento.

Para um melhor entendimento do processo deve ser feito uma revisão dos manuais e outros documentos; a identificação de riscos inerentes e controles associados deve ser feita através da elaboração das matrizes de riscos e controles, já a avaliação dos controles e mensuração dos riscos se dá através da definição do impacto comparada à probabilidade de ocorrência dos riscos.

Assim por meio da elaboração de Planos de Ação em conjunto com a área afetada é possível identificar as causas e soluções, é através de modelos como o COSO que estes processos são aperfeiçoados.

6. Considerações Finais

Com o estudo foi possível observar que o processo de gerenciamento de riscos, sob a ótica do COSO (2013), possui inter-relação entre os elementos que compõem os objetivos, os níveis que formam a organização e os componentes de riscos utilizados pela empresa, figura 1, focando-se na totalidade do gerenciamento. Isso se confirmou no desenvolvimento deste estudo, à medida que foram estruturados os componentes de controles da Cooperativa e pode-

se visualizar a capacidade que um controle interno, voltado para o gerenciamento de riscos, tem ao abranger toda a organização.

A partir do comparativo feito, é possível estabelecer algumas práticas que podem contribuir para que os riscos encontrados sejam minimizados, tornando os controles internos mais seguros e menos propensos a fraudes.

As práticas adotadas são as seguintes:

- Desenvolver, avaliar, ajustar e utilizar sistemas de controles internos;
- Estabelecer limites para os colaboradores;
- Executar auditoria interna;
- Garantir a segurança das informações por intermédio da área de TI;
- Controlar os serviços e produtos terceirizados;
- Mudar a cultura da instituição: o controle do risco é dever de todos;
- Investir em treinamento;
- Gerir pessoas: comprometimento de todos com o gerenciamento de risco operacional;
- Desenvolver, avaliar, ajustar e utilizar sistema de medida de risco operacional;
- Estudar cenários antevendo situações fora da normalidade;
- Fazer gestão de mudanças;
- Cuidar de dispersões (saída de muitas pessoas, pessoas-chaves, áreas que vão muito mal, etc).
- Conhecer seus produtos e serviços, entre outras.

Além dessas medidas as visitas e auditorias são de extrema importância para o melhor funcionamento dos controles. Adotando uma cultura do “fazer correto”, diversos riscos podem ser evitados.

A construção de *backups*, tanto no setor de TI como de pessoas garante que o “*backup/restore*” funcione.

Enfim, conhecer a fundo seus clientes, e seus reais interesses, para não compactuar com contravenções, primar por processos que utilizem o menor número de recursos e ainda rever os controles (antes, durante, e depois) de monitoria de proteção, bem como as políticas de risco, após uma consequência negativa, são práticas que também quando adotadas, apresentam um controle interno mais confiável e com menor exposição aos riscos.

Seguindo estas práticas, que são traduções das premissas que a Metodologia COSO adota, pode-se notar uma diminuição significativa os riscos sofridos dentro dos Controles Internos da UNICRED, riscos estes que podem significar grandes perdas para a Instituição.

Os controles internos devem ser periodicamente revisados e atualizados, de forma que sejam a eles incorporadas medidas relacionados a riscos novos ou anteriormente não abordados. Já a atividade de auditoria interna deve fazer parte do sistema de controles internos.

Assim, se a atividade de auditoria interna for exercida por unidade própria, deverá essa estar diretamente subordinada ao conselho de administração ou, na falta desse, à diretoria da instituição.

Os documentos sistemáticos das atividades relacionadas com o sistema de controles internos devem ser objeto de relatórios, no mínimo semestrais e estes deverão conter desde as conclusões dos exames até a manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores e das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

A presente pesquisa foi desenvolvida com o intuito de analisar se a adoção do COSO auxilia na estruturação de um sistema de controle interno, a fim de mitigar os riscos na área dos controles internos. As análises realizadas demonstram a necessidade de aperfeiçoar o sistema de controle interno da empresa objeto de estudo a partir dos componentes descritos pelo COSO, minimizando os riscos e proporcionando maior credibilidade a cooperativa. Nota-se com o estudo que apesar da singular seguir as regulamentações do Banco Central do Brasil sua política de controles internos possui falhas e que para resolver essas falhas é necessário ações por parte de seus responsáveis através da edição de normas e fiscalizações mais atuantes no mercado financeiro.

Referências

ARAUJO, Inaldo da Paixão; ARRUDA, Daniel Gomes. **Fundamentos da Auditoria**. São Paulo: Saraiva 2012.

ATTIE, William. **Auditoria Interna**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**: um curso moderno. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARDIN, Laurenci. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, 1977. Disponível em:<<http://www.caleidoscopio.psc.br/ideias/bardin.html>>. Acesso em: 17 jun. 2013.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: Teoria e Prática. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil**: Teoria e Prática. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DAMODARAN, Aswath. **Finanças Corporativas Aplicadas: Manual do Usuário**. Tradução Jorge Ritter. Porto Alegre: Bookman, 2002.

DAVILA, Victor Hugo Lachos. **Estatística Descritiva**. São Paulo. [entre 2002 e 2013]. Disponível em <<http://www.ime.unicamp.br/~hlachos/estdescri1.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

FACHIN, Odilia. **Fundamentos de Metodologia**. 4. Ed. São Paulo: Saraiva 2003.

FERREIRA, Berta Weil. **Análise do Conteúdo**. [S.I], 2003. Disponível em: <<http://www.caleidoscopio.psc.br/ideias/bardin.html>>. Acesso em: 17 jun. 2013.

FILHO, Américo Garcia Parada. **Controles Internos: A Auditoria Interna Segundo o COSO**, São Paulo, 2012. Disponível em <http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=contabilidade_internacional-coso>. Acesso em 18 jun. 2013.

GLANTZ, Morton. **Gerenciamento de Riscos Bancários: Introdução a uma Engenharia de Crédito**. Tradução Alessandra Mussi Araújo. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAMLING, Audrey A.; RITTENBERG, Larry E.; JOHNSTONE, Karla M. **Auditoria: Tradução da 7ª edição Norte – Americana**. Tradução Antonio Zoratto Sanvicente. Cengage Learning Edições Ltda., 2010.

LINS, Luiz Dos Santos. **Auditoria: Uma abordagem Prática com Ênfase na Auditoria Externa**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

.LINHARES, J. S. OLIVEIRA, M. C. **A implantação de controle interno adequado às exigências da Lei Sarbanes-Oxley em empresas brasileiras – um estudo de caso**. 2007. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/wolneyunb/arquivos/textoresenha22007.pdf>>, Acesso em 14 nov. 2013.

LONGO, Claudio Gonçalo. **Manual de Auditoria e Revisão de Demonstrações Financeiras**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LONGO, Patrícia Simone *et al.* **Aplicabilidade do COSO em uma Cooperativa de Crédito do Paraná**. 2013. Disponível em <www.admpg.com.br/2013/down.php?id=70&q=1>. Acesso em 12 nov. 2013.

MATIAS, Alberto Borges. **Finanças Corporativas de Longo Prazo: Criação de Valor com Sustentabilidade Financeira**. Vol. 2. São Paulo: Atlas, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

NETO, Alexandre Assaf. **Mercado Financeiro**. São Paulo: Atlas, 1999.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2. Ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio do Curso de Administração**. São Paulo; Atlas, 1996.

SECURATO, José Roberto. **Decisões Financeiras em Condições de Risco**. São Paulo; Atlas, 1996.

SIENA, Osmar. **Metodologia da Pesquisa Científica**: Elementos para elaboração e apresentação de Trabalhos Acadêmicos. Porto Velho, 2007.

SILVA, Edna Lucia Da.; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4. Ed. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.